

UNIÃO CATHOLICA BRASILEIRA: OS LEIGOS E O CATOLICISMO SOCIAL NO BRASIL. Pedro Willian Vieira dos Santos, Ivan Aparecido Manoel. – Humanas – História – Departamento de História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus Franca.

A União Catholica¹ Brasileira (UCB) é uma associação de fieis da Igreja Católica Apostólica Romana, fundada em 1907 pelo Pe. Júlio Maria (Júlio César de Moraes Carneiro) e alguns leigos como Jonathas Serrano e Pio Ottoni.

Os leigos, segundo Wilgues (1996), são todos os católicos que não são padres, bispos, irmão ou freira. Presentes nos grupos carismáticos, de liturgia, nas pastorais sociais e nas diversas atividades exercidas pela Igreja, os leigos fazem chegar a doutrina católica em diversos lugares. Uma dessas é a Doutrina Social da Igreja (DSI) que muito influencia as ações das pastorais sociais.

Iniciada por Leão XIII, o “Papa dos operários”, a DSI compõe-se de um entendimento da questão social no século XIX, principalmente em relação aos operários, e propostas para a resolução dos problemas que atingiam os operários. Seu documento fundador é a encíclica *Rerum Novarum*, publicada em maio de 1891. Muitas vezes identificada com o catolicismo social, a DSI é, na verdade, fruto do catolicismo social.

Apesar de não termos nenhuma definição clara de ambas, fica perceptível na bibliografia a diferenciação entre elas. O catolicismo social engloba as diversas atividades e entendimentos desenvolvidos por católicos no campo social, inclusive a DSI. As diferentes obras e entendimentos católicos sobre a questão social no século XIX foram base para a Doutrina Social da Igreja, que por intermédios de documentos pontifícios consolidou-se e espalhou-se pelo mundo no século XX.

O já mencionado Pe. Júlio Maria (1850-1916) foi um dos principais nomes do catolicismo social brasileiro. Pregou, palestrou e agiu a fim de promover um catolicismo forte, instruído, coerente e atuante. Criticava abertamente a ignorância dos católicos e se colocava como defensor do povo e nesse, segundo ele, era onde a Igreja devia buscar apoio.

Visto que a Igreja Católica teve grande influência na construção da sociedade brasileira atual, pretendemos demonstrar, através desse, uma das formas de como se apresentou o catolicismo social no Brasil, como foi sua divulgação e a atuação dos leigos, através da União Catholica e sua Revista *Social*.

Para isso analisamos a encíclica *Rerum Novarum* e edições (seis) da Revista *Social*. Enquanto a revisão bibliográfica possibilitou-nos levantar um histórico de atuação leiga no Brasil e da formação da Doutrina Social da Igreja e sua transmissão para o Brasil. Veremos daqui em diante esse rápido histórico da participação dos leigos no catolicismo brasileiro, do desenvolvimento do catolicismo social e do aumento da participação leiga, junto à hierarquia, e por fim nosso objeto maior de análise: a UCB.

Durante o período colonial brasileiro o laicato – conjunto dos leigos – teve grande participação na Igreja. Chegando a ponto de autores dizerem que nesse período a Igreja “teve um caráter predominantemente leigo” (CEHILA, 1983). Isso devido às confrarias (irmandades ou ordens terceiras) leigas que trabalharam na construção das capelas e eram os responsáveis pela propagação da devoção aos santos e santas pelo Brasil afora. Os eremitas leigos, que na “solidão” de suas vidas, disseminaram a fé católica pelo território nacional, também são figuras importantes no período.

Com a descoberta das terras mineradoras, no século XVIII, houve uma interiorização territorial no Brasil. Ao mesmo tempo, as Irmandades Leigas levaram o catolicismo para o interior, em especial em Minas Gerais. Com a proibição de permanência dos cleros regulares nessas áreas e com a perseguição às ordens religiosas, que culminou na expulsão dos jesuítas da colônia, “toda a vida religiosa da nova Capitania passou a ser acionado por associações leigas.” (BOSCHI, 1986;).

O século XIX foi um período de modificações políticas no Brasil. Desde a vinda da família real portuguesa, passando pela independência, o primeiro período imperial, as regências, o segundo império, e, por fim, a proclamação da República. Desses fatos políticos somente o último, acontecido em 1889, causou modificações significativas quanto à organização do catolicismo brasileiro, pois garantiu a autonomia da Igreja perante o Estado, entretanto garantiu também a liberdade religiosa,

¹ Grafia da época.

tirando da Igreja Católica o monopólio religioso. Sempre garantido pelo Padroado Régio, desde os tempos coloniais, o monopólio religioso perdido fez com que a Igreja se perguntasse: o que fazer?

A mesma pergunta a Igreja se fazia havia algum tempo na Europa. Respeitada somente no campo macropolítico, a Igreja sofria com as novas correntes ideológicas: marxismo, materialismo, liberalismo, socialismo, e demais. Uma das alternativas encontradas foi melhorar a formação do clero e de todos os fiéis, unificando o pensamento católico numa estrutura que tinha por centro o Papa em Roma. Também modificaram a Igreja o aumento da participação dos leigos, junto à hierarquia, e o catolicismo social.

Os dois últimos aconteceram concomitantemente. Os leigos começaram a se organizar em grupos dos mais diferentes tipos e preocupações durante século XIX. Ligados a movimentos litúrgicos, às missões e, também, nas atividades sociais, os leigos abriram as portas para os projetos de Ação Católica que a Igreja encampou no início do século XX. Enquanto o catolicismo social, contanto também com a participação de leigos, contribuiu no debate sobre a questão social e na formação da Doutrina Social da Igreja.

Surgido a partir da condenação ao liberalismo, desde Gregório XVI, o catolicismo social encontrou seu berço nos setores conservadores da Igreja. A aristocracia antiliberal se colocava preocupada com os problemas sociais e para isso construíram ações que visavam atender as necessidades dos menos favorecidos, dando um caráter paternalista para as atividades sociais católicas no período 1860 a 1890, a fim de ganhar apoio contra a burguesia anticlerical (AUBERT, 1975). Dessas ações participavam viscondes, condes e marqueses, como o visconde Villeneuve-Bargemont, o conde de Mun e o marquês de la Tour du Pin, sendo o primeiro mais paternalista que os demais.

Contrapondo-se ao modelo caritativo, as corporações e/ou associações buscavam relações mais harmoniosas e justas entre patrões e empregados. Essa proposta tem como maior destaque D. Kettler, bispo alemão, considerado o primeiro teórico do organismo social em base corporativa (AUBERT, 1975) e as atividades de Leon Harmel, o padrão modelo.

Outra discussão que se fez presente no catolicismo social no período era a função do Estado em relação à questão social? Havia defensores da não intervenção do Estado, como D. Freppel e Charles Périn, e quem defendesse um Estado regulador das questões sociais, dentre eles D. Kettler e o Conde de Mun. Na tentativa de direcionar o pensamento católico quanto a essa e outras questões o Papa Leão XIII escreve a *Rerum Novarum*, sobre as condições dos operários, que trouxe algumas respostas aos católicos e ao conjunto da sociedade.

Refutando o socialismo, defendendo o direito de propriedade, o papel da Igreja na questão social, colocando o Estado como mediador da questão social e defendendo às organizações operárias o Papa Leão XIII deu início a Doutrina Social da Igreja, que se consolidaria com demais encíclicas posteriores.

A todos os cantos chegou as palavras do Sumo Pontífice. No Brasil os ensinamentos de Leão XIII não encontraram mais a intervenção estatal que, outrora, modificaram ou impediram a transmissão das orientações pontificias. O que gerou atividades diversas no século XX, principalmente. Houve uma transmissão da Doutrina Social da Igreja e, com ela, a transmissão da preocupação católica com a questão social, do catolicismo social no seu conjunto.

Antes da *Rerum Novarum*, nenhuma atividade católica era vista diretamente ligada à questão social. O que nos leva a sugerir a hipótese de que o catolicismo social no Brasil foi fruto da transmissão da Doutrina Social da Igreja.

Enquanto aos leigos e sua participação, no Brasil, continuou através das irmandades e confrarias, mas ganhou novos elementos. Um desses é o catolicismo social e a Doutrina Social da Igreja. Elementos que compuseram a UCB, graças ao seu fundador e assistente eclesiástico Pe. Júlio Maria.

Formada por advogados, engenheiros, religiosos, funcionários públicos e principalmente universitários, a UCB contava, em 1915, com mais de 300 participantes, de ambos os sexos, que contribuíam financeiramente para a manutenção da UCB. Reuniam-se no Convento Santo Antônio no Rio de Janeiro duas vezes por mês em sessões ordinárias, e quanto necessário extraordinariamente. Nas sessões da UCB haviam pregações do Pe. Júlio Maria, discussões sobre a própria organicidade da UCB e adesão de novos sócios. Estruturalmente bem organizada, compunha-se por um presidente, um vice, um secretário, dois tesoureiros e um assistente eclesiástico, e regia-se por um estatuto próprio.

Participavam também padres, além do assistente eclesiástico, como Pe. Dr. Mathieu Rocatti, e contavam com o apoio do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Arcoverde.

A UCB publicava mensalmente a “Revista *Social*: órgão da mocidade; Acção Social, sciencia, letras e artes”. Nessa revista veiculava resumos das sessões ordinárias da UCB e todos seus sócios recebiam seu órgão oficial. Era através desse que os sócios aprendiam conhecimentos gerais e católicos a respeito dos mais variados temas.

Em se tratando de catolicismo social, a revista publicou textos de leigos, como Miranda Carvalho e Henrique Lorin. O primeiro debatia as condições das casas proletárias, enquanto o segundo escreveu sobre as organizações profissionais. A DSI foi divulgada pela Revista *Social* através de publicações mensais, em 1914-1915, de parágrafos da encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII.

A partir desses resultados podemos perceber que o catolicismo social no Brasil se apresentou, no caso da UCB, em forma de divulgação de textos tratando de questões sociais e da Doutrina Social da Igreja e de reflexão sobre os problemas sociais entre seus membros. A divulgação, como demonstramos acima, era feita através do órgão oficial da UCB, a Revista *Social* e a reflexão feita durante a leitura da própria revista pelos sócios da UCB e debatidas, provavelmente, nas sessões da mesma.

Em se tratando da relação direta entre os leigos e o catolicismo social, a UCB foi um espaço onde seus participantes puderam tomar contato com a DSI e o catolicismo social, aparecendo nesse caso passivamente, mas também agiram ativamente quando escreveram textos e os divulgaram, seja no seu órgão nacional, a Revista *Social*, ou em outros veículos de informação escritos ou falados, a toda sociedade brasileira.

Concluindo podemos dizer que uma das formas do catolicismo social no Brasil, aqui demonstrada pela União Catholica Brasileira, era de cunho divulgador e reflexivo; que a Revista *Social* fora uma importante porta para a divulgação do catolicismo social e da Doutrina Social da Igreja, através de textos de diferentes autores e trechos da encíclica *Rerum Novarum*; e que a atuação leiga se deu, nesse caso, numa alternância entre passividade e atividade.

Referências Bibliográficas:

AUBERT, Roger Os Inícios do Catolicismo Social. In: ROGIER, J.L.; AUBERT, R.; KNOWLES, M. D. *A Nova História da Igreja* Petrópolis: Vozes, 1975. T. I, v. 5.

BOSCHI, Caio César *Os leigos e o poder* : Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo. Ática, 1986

CEHILA *História da Igreja no Brasil*: ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época. Petrópolis. Vozes, 1983

LEO PP. XIII *Sobre a condição dos operários* : *Rerum Novarum*. 2 ed. Petrópolis. Tora Vozes, 1947.

UNIÃO CATHOLICA BRASILEIRA *Revista Social, órgão da mocidade: accção social, sciencia, letras e artes*. Nº 79, 88, 89, 202 e 203; Janeiro, Outubro, Novembro, 1915, Abril e Maio 1925.

WILGES, Irineu *Cultura Religiosa*: as religiões no mundo. 6ºed. Petrópolis. Vozes, 1994.

Bolsa: FAPESP